

## **Uma análise da construção da SUDENE por Celso Furtado**

### **An analysis of the construction of SUDENE by Celso Furtado**

Evânia Gonsalves Soares Silva e Gabriela Ribeiro Silva

História Econômica

Sessão de comunicação

#### **RESUMO**

Este artigo busca compreender como o pensador brasileiro Celso Furtado discutiu os principais problemas do Nordeste brasileiro e como tentou realizar propostas de desenvolvimento socioeconômico para essa região. O objetivo é entender como ele interpretou a região nordestina, a partir de uma análise de determinantes internos e externos, utilizando o método histórico e estrutural. Para isso, é importante estudar várias de suas obras, analisando o seu ponto de vista sobre a formação social do Nordeste, no período colonial, até as propostas que fez para o desenvolvimento nordestino que culminaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), durante o governo de Juscelino Kubitschek.

**Palavras-chave:** Celso Furtado; SUDENE; subdesenvolvimento; Nordeste

#### **ABSTRACT**

This article aims to reflect on how the Brazilian thinker Celso Furtado discussed the main problems in the Brazilian Northeast and how he tried to make proposals for socioeconomic development in this region. The general objective was to understand how he interpreted the northeastern region from an analysis of internal and external determinants, using the historical and structural method. For this, it was necessary to study several of his works, analyzing his point of view on the social formation of the Northeast in the colonial period, until the proposals he made for the Northeastern development that culminated in the creation of the Northeast Development Superintendence (SUDENE), during the government of Juscelino Kubitschek.

**Keywords:** Celso Furtado, SUDENE, underdevelopment; Northeast

## 1 – INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro sempre foi uma preocupação de Celso Furtado (1920-2004). Ele mesmo, nascido no sertão nordestino, em Pombal (PB), apesar de ter feito carreira acadêmica na França, lançava sempre um olhar sobre a realidade nordestina, mostrando conservar as raízes com o local onde nasceu. Não só tinha o intuito de melhor entender a região, mas também de nela atuar para de fato e de forma a superar o subdesenvolvimento.

Filho de uma família de classe média alta, sendo o segundo de oito filhos, Furtado conseguiu romper com as amarras do subdesenvolvimento nordestino, realizando formação em Direito e seguindo com estudos na área de Ciências Econômicas. Fez uma importante carreira, tanto como membro da equipe técnica da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) quanto como professor em universidades fora do país, como a Sorbonne, na qual em 1948, ainda muito jovem, com apenas 28 anos, defendeu sua tese de doutorado, “*L’économie coloniale brésilienne*”, precursora do que se tornaria o seu grande livro “Formação Econômica do Brasil”, um clássico sobre a história econômica do Brasil, publicado 11 anos depois, em 1959.

O objetivo deste artigo é mostrar a discussão dos principais problemas do Nordeste brasileiro a partir da obra de Celso Furtado e as alternativas propostas por ele no governo JK para a transformação do Nordeste; apresentar as análises do autor acerca da formação social dessa região e como seu diagnóstico se relacionou com o projeto de criação da SUDENE, instituição sugerida por ele ao presidente JK e na qual foi superintendente até 1964, ano em que foi exilado pelo golpe civil-militar.

## 2 - CELSO FURTADO E A PREOCUPAÇÃO COM O NORDESTE

Grande estudioso e conhecedor das diferentes regiões do Brasil, Celso Furtado teve um foco especial em entender o Nordeste, iniciando seus estudos a partir do período da economia açucareira no século XVI. A preocupação de Furtado com o Nordeste brasileiro fazia sentido não só por questões pessoais, mas, certamente, porque ali estavam explícitos os principais problemas do subdesenvolvimento brasileiro. A região significava a área mais extensa subdesenvolvida dentro de um país subdesenvolvido. Era um caso *sui generis*. Nas suas observações,

O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento. Se não existe política adequada para o Nordeste, pode-se dar por certo que os problemas maiores do País se estão agravando, que nos iludimos com miragens quando pensamos legar aos nossos filhos uma sociedade mais justa e um país menos dependente (FURTADO, 1981, p. 2).

O Nordeste expressava (e ainda expressa) os problemas das disparidades regionais constitutivas do Brasil e reproduzidas ao longo da história, disparidades não resolvidas nem mesmo pelo período de avanço da industrialização. Por meio da utilização do método histórico e estrutural, ele observou que a superação dos principais problemas do Nordeste dependia de um diagnóstico de seus problemas. Ele buscou, portanto, entender as raízes do subdesenvolvimento nordestino no seu passado colonial, desde a ocupação portuguesa, quando foram estabelecidos engenhos para produção de açúcar, voltados a atender às necessidades da metrópole. A instalação de latifúndios monocultores, escravocratas, direcionados à exportação, é essencial para compreender o contexto econômico nordestino, de acordo com Furtado. Deste modo, seria possível entender o funcionamento de uma economia comandada de fora para dentro, ou seja, atendendo interesses externos a ela. Também poderia questionar o porquê de uma minoria possuir terras, enquanto a vasta maioria da população ou era escrava ou não estava inserida na dinâmica dos engenhos de açúcar, constituindo futuramente um exército de desempregados que sequer conseguia vender sua força de trabalho.

Essa sociedade excludente, que marcaria todo o país, dificilmente poderia ser transformada sem que se enfrentasse os verdadeiros problemas de uma colônia de exploração, que na sua constituição histórica não permitiu o acesso da maioria à terra e teve a exploração da mão de obra, via escravidão, como seu sustentáculo.

Furtado, portanto, partiu do entendimento desta formação social do Nordeste para compreender porque em pleno século XX, quando parte do Brasil se industrializava, o Nordeste ainda era sinônimo de atraso. E o que era mais evidente: sua situação piorava. É desta análise histórica que Furtado compreende que seria preciso romper com a estrutura econômica arraigada naquela região e que somente um projeto de Estado seria capaz de enfrentar os interesses dos grandes latifundiários, que formavam a célula social daquela região.

Em seu primeiro livro, originado a partir de sua tese de doutorado intitulada “Economia Colonial no Brasil” ([1948] 2001), utilizou documentos históricos pesquisados, sobretudo, na Inglaterra e dialogou com autores como Roberto Simonsen, André João Antonil, Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, que haviam, antes dele, se dedicado ao estudo do período colonial. Os seus argumentos históricos e estruturais, presentes na tese de 1948, depois foram aprofundados no seu livro “Formação Econômica do Brasil”, publicado em 1959, de modo que há uma inter-relação grande entre as duas obras. Em ambos os livros, pode-se dizer que ele expressou pelo menos duas características fundamentais da formação social brasileira e do Nordeste em especial: o estabelecimento de latifúndios monocultores escravistas, voltados a atender a demanda externa por produtos primários. Em outras palavras, discutiu como essa formação social foi excludente e voltada para fora.

## **2.1. A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE HISTÓRICA E ESTRUTURAL PARA ENTENDER O NORDESTE**

Para entender o Nordeste, em um primeiro momento, Furtado investigou o ciclo do açúcar. Como ele mesmo contabilizou, a partir de uma descrição de Frei Vicente do Salvador (1627), a colônia possuía entre os séculos XVI e XVII, 40 engenhos no Rio de Janeiro, 50 na Bahia, 100 em Pernambuco, sendo 18 ou 20 em Tamaracá (PE), e outros tantos na Paraíba.

De acordo com Furtado ([1948] 2001; 1959), desde a colonização do Brasil, Portugal via esta colônia apenas como uma fonte de renda para aumento dos seus lucros. A preocupação maior era fazer da colônia um bom negócio. Isso significava que o objetivo não era desenvolver o local em benefício do povo que ali vivia mas sim tornar a colônia lucrativa para atender aos anseios da metrópole. Partindo deste ponto de vista, criou-se uma colônia de exploração e não uma colônia de povoamento, como foi o caso, por exemplo, da ocupação do território que viria a ser os Estados Unidos.

O primeiro comércio nesta colônia de Portugal foi a compra e venda dos nativos (indígenas) capturados para trabalharem na lavoura de açúcar, mas não sendo essa mão de obra considerada “qualificada”, Portugal utilizou o tráfico de negros africanos, trazendo-os para serem escravos nos engenhos. Esta prática já era comumente feita pelos portugueses em outros países e nesta colônia vigorou por quatro séculos.

A cana-de-açúcar foi uma cultura trazida do exterior para as terras do Novo Mundo, onde se adaptou ao solo úmido do litoral nordestino. Toda a estrutura montada para implantação dos engenhos e para aquisição mão de obra escrava era custosa, de modo que os portugueses que seguiam para a colônia já tinham alguma renda, mas estavam interessados em ascensão financeira acelerada e em títulos de nobreza, visto receberem terras para plantar e títulos de Senhores de Engenho. Como melhor qualificou Furtado ([1948] 2001), os colonizadores deslocaram-se por dois motivos: fugir da intolerância religiosa na Europa; e enriquecer rapidamente.

Embora Portugal ocultasse dados de produção e de rentabilidade da colônia destruindo documentos, Furtado conseguiu buscar diversas informações para descrever a situação física, social, econômica, religiosa e da segurança na colônia. Nestes registros, descobriu que as dificuldades na colônia iam desde a adversidade climática ao sustento próprio e dos escravos. A vida na colônia ficava em torno do engenho e em tudo dependia deste. Todos os utensílios, o vestuário e a pouca tecnologia utilizados vinham de Portugal. Os engenhos formavam, na verdade, uma “célula social” como dito por Furtado, o que significava dizer que as relações sociais eram estabelecidas por meio dele e no centro estava o poder do senhor de engenho.

Os engenhos ficavam localizados próximos ao mar e em regiões montanhosas com inúmeros rios de pequenos cursos. Épocas de chuva eram vantajosas para os engenhos porque os cursos d'água inundavam as terras deixando-as próprias para o plantio de cana. Além disso, a proximidade do mar facilitava o escoamento da produção ao exterior, pelo transporte marítimo.

Os portugueses colonizaram e produziram o açúcar, mas precisaram de vendedores para comercializar na Europa. Essa lacuna abriu espaço para os holandeses, conhecidos por suas embarcações e habilidades no comércio de outros produtos, para comercializarem o açúcar. Mais tarde, dessa parceria entre Portugal e Holanda, ocorreria a “guerra do açúcar”. A coroa portuguesa enfrentaria a “guerra do açúcar” por volta de 1630 - cem anos após a instalação do primeiro engenho - quando holandeses invadiram o Recife tomando a produção do açúcar por duas décadas. Portugal teve aumento de gastos para reforçar a segurança e um grande prejuízo para retomar seus engenhos dos holandeses.

Como a colônia era voltada apenas para atender aos interesses externos e os próprios senhores de engenho estavam culturalmente ligados à metrópole, pouco ou quase nada era investido no desenvolvimento local e em prol da população. Furtado relata, por exemplo, a falta de investimento em obras públicas. A preocupação dos portugueses estava na construção de fortalezas nas colônias para se defenderem de invasores, fora isto, se dedicavam ao recolhimento de impostos e ao envio de recursos para a metrópole. O trabalho nos engenhos em si era considerado por eles indigno, razão pela qual deveria ser feito por escravos indígenas, posteriormente substituídos pelos negros.

A colônia só produzia aquilo que era definido pela metrópole, evitando a concorrência com produções dominadas por Portugal. Apesar de restrições de outras atividades econômicas, foi autorizada por Portugal a atividade pecuária, porque a partir do crescimento das plantações de cana-de-açúcar, do aumento do número de engenhos e de mão de obra escrava, havia a necessidade de mais alimentos e transporte. De baixo investimento e pouca necessidade de mão de obra, essa pecuária se limitava a vender gado e exportar couro. Geralmente, ela se situava nos sertões nordestinos, em áreas de solo pobre e distantes dos engenhos. Era o início de uma economia paralela e dependente da economia açucareira. A economia pecuária crescia para atender às necessidades da economia açucareira, assim ela foi adentrando o sertão até chegar ao Maranhão. Devido a sua dependência e a baixa geração de renda era considerada uma economia de subsistência.

As duas economias, a criatória e a açucareira, formavam o Complexo Econômico Nordeste e foram de grande importância na formação econômica brasileira porque expressavam várias de suas características, como o dualismo histórico e estrutural. Por essa relação e esta terminologia, Furtado entendeu que na colônia havia de um lado, um setor moderno, representado pela empresa agromercantil exportadora escravocrata. E de outro lado, um setor atrasado, voltado à

subsistência. Um não substituiria o outro, ambos, na verdade, se interligavam e se reproduziam ao longo do tempo, sendo esta dualidade uma característica marcante do subdesenvolvimento.

Apesar das distâncias que se estabeleciam na colônia entre proprietários dos meios de produção e os escravos, Furtado ([1948] 2001) aborda que essa sociedade acabou miscigenada, surgindo novas etnias, com as misturas entre o homem branco e as índias e os homens brancos e as negras. Com referência em Gilberto Freyre, o autor discutiu como os escravos, sobretudo os negros, tiveram influência cultural na sociedade colonial brasileira. Ao serem transformados em trabalhadores domésticos foram “misturando e influenciando” hábitos da culinária e até a língua falada. Além disso, a escravização sexual das negras gerou uma população mestiça que interagiu entre as “raças” (etnias eram relatadas como raças pelo autor à época).

Apesar dessa miscigenação, Furtado ressaltava que as condições em que se desenvolveu a sociedade colonial estavam assentadas na cultura do patriarcalismo desse senhor de escravos, com a manutenção do seu poder. Houve uma aristocratização do senhor de engenho que se deu com a adaptação do homem branco europeu nos trópicos, com condições de conforto para poder fazer suportável a moradia na colônia. Para os escravos, o senhor era o homem de quem poderiam esperar a graça ou a punição. E para os poucos indivíduos livres, o senhor era visto como alguém de valor que os protegia e administrava a Colônia.

Com a decadência do ciclo açucareiro, outros produtos tropicais ocuparam o seu lugar: veio o ciclo do ouro, do diamante, mais tarde o da borracha, entre outros. O fato notório é que em todos estes ciclos permaneceu o padrão de colônia de exploração a partir de uma economia extrativista escravista, com interesses dirigidos de fora para dentro. A cada crise de um ciclo, outro era iniciado para Portugal não perder sua renda, mantendo as condições do subdesenvolvimento brasileiro. E mesmo após a abertura dos portos aos ingleses, em 1808, e depois da independência política da colônia, em 1822, continuou a exportação de produtos tropicais por meio do latifúndio monocultor escravocrata. Somente no ciclo do café, e principalmente no fim do século XIX, com a abolição da escravatura em 1888 e o fluxo de imigrantes europeus é que o país passou a ter trabalho assalariado. De todo modo, mesmo estas mudanças não significaram na prática que os atavismos coloniais (tudo aquilo que ligava o país ao seu passado colonial) haviam desaparecido.

O ciclo do café, sobretudo no que Furtado chamou de região Centro-Sul, entre Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Paraná, passou a ser uma grande transformação no regime de trabalho, gerou renda interna (alguma distribuição entre lucros e salários) e contribuiu para o estabelecimento de um mercado interno. Porém, ainda este país estava alicerçado por uma estrutura histórica profundamente desigual, baseada na grande propriedade monocultora voltada à exportação, ou seja, uma economia excludente, em parte reflexa e dependente do exterior. O café dependia do consumo de europeus inicialmente, e depois dos norte-americanos. Sobre a exclusão

social, é importante pontuar que os salários em geral eram baixos e que o café não ocupou com trabalho os ex-escravos, ficando a maior parte deles, na verdade, às margens daquela sociedade.

As diversas crises do café entre o fim do século XIX e início do século XX, somadas à Crise de 1929, levaram o Brasil a buscar saídas pela via da industrialização substitutiva de importações. A indústria surgiu justamente nesta região do Centro-Sul, derivada do capital cafeeiro. Setores como têxtil e alimentação assim deram espaço para criação de centros urbanos, que aumentaram o consumo de gêneros de primeira e criaram, posteriormente, uma nova classe: a classe média, constituída de trabalhadores do setor industrial, moradores das cidades.

Ao mesmo tempo em que o Centro-Sul crescia e se industrializava, ele se distanciava cada vez mais do Nordeste, onde os nexos coloniais se faziam mais presentes no século XX. Na região dos antigos engenhos de açúcar agora decadentes, ainda pulsava uma economia de latifundiários, agrária, monocultora, sem industrialização, dependente ou do exterior ou dos produtos manufaturados agora fabricados no Centro-sul do país, geridas pela mentalidade dos grandes proprietários de terra. Não que o Centro-Sul tenha superado a mentalidade do fazendeiro escravocrata, mas os tempos da industrialização criaram outros tensionamentos sociais e políticos, criando uma burguesia industrialista, com alguns interesses distintos aos daquela latifundiária do Nordeste.

Furtado, portanto, mostrou como no período colonial, durante os séculos XVI e XIX, a colônia como um todo, e o Nordeste em especial, foi marcada pela exclusão social, com grande concentração de renda e dependente da economia externa. Apesar da industrialização ser considerada por Furtado um importante fator do desenvolvimento, ela não estava levando o país ao desenvolvimento, e sim ampliando disparidades regionais, com o Nordeste ficando para trás, não só por não ter uma indústria pujante como a do Centro-Sul, mas por ter passado a sofrer efeitos negativos da política econômica voltada à industrialização.

Esta desigualdade regional se tornaria um dos grandes debates de Furtado quando passou a fazer parte do poder Executivo e quando desenvolveu uma proposta de desenvolvimento do Nordeste por meio da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

### **3. A PROPOSTA DA SUDENE COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS HISTÓRICOS E ESTRUTURAIS**

O conteúdo do livro “Operação Nordeste” de Celso Furtado é a apresentação do projeto da SUDENE, no qual por meio de uma visão histórica e estrutural do sistema econômico brasileiro identificava a disparidade das regiões como um entrave ao desenvolvimento e visava à integração do Nordeste como parte fundamental de um projeto de desenvolvimento do país.

De acordo com o autor, o processo de crescimento econômico no capitalismo é um causador de desigualdade e concentração de renda e no Brasil esse problema vinha de longos processos da formação econômica e da industrialização. Essa concentração de renda regional era vista pelo autor como uma ameaça de separatismo e da divisão nacional territorial. A base econômica do Brasil, para Furtado, era como “feitorias de comércio exterior” concentradas no Nordeste pelo açúcar e no Centro-Sul pelo café, ficando o crescimento no Centro-Sul e o abandono do Nordeste após a queda do açúcar no mercado mundial. O país continuava sendo uma “colônia produtora de matéria prima” e a concentração da industrialização no Centro-Sul acelerava e acentuava a desigualdade entre as regiões do país.

O projeto da SUDENE vinha com uma proposta de reforma administrativa para o Nordeste e trazia um diagnóstico da região identificando suas particularidades históricas e estruturais. Os latifúndios da cana-de-açúcar promoveram a concentração de renda e não permitiram a formação de um mercado interno como o ocorrido em São Paulo com a cultura do café. Este trouxe distribuição de renda e facilitou o desenvolvimento, criando novos mercados e permitindo a industrialização. Furtado descreve então como objetivos da SUDENE:

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE- pretende ser um órgão de natureza renovadora com duplo objetivo de dar ao Governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos. (1959, p.18)

Para atingir esses objetivos, Furtado via que era necessário romper com a velha política tendenciosa de atender os objetivos políticos que se limitavam à criação de formas de acumulação de água e nunca criavam melhoramento econômico. A água acumulada era mal utilizada, sem qualquer projeto de irrigação, vinha de soluções copiadas de outros locais e com realidades distintas da nordestina. No ponto de vista do autor, era necessário criar uma economia resistente à seca; aprofundar o conhecimento sobre a região; e criar medidas de controle da pecuária e realocação de parte da população em terras úmidas e produtivas, reorganizando o meio físico para uma nova economia.

O projeto trazia a necessidade da industrialização do Nordeste, mas era uma situação complexa devido ao problema nordestino de baixa produção de alimentos e má distribuição de terras, situação agravada pela seca. A solução estava num desenvolvimento conjunto entre agricultura e uma industrialização geradora de empregos e renda. Furtado apresentou então as doze frentes de pesquisa chamadas de “Frente de Ação” com foco na industrialização, na seca e na geração de alimentos. O Nordeste vinha de uma crise econômica ocasionada pela grande seca de 1958, que aumentou o êxodo rural, gerou tensão social e demonstrou a fragilidade e despreparo das políticas públicas que até então eram “ajustadas” sem nenhum conhecimento técnico.



A política cambial naquele momento era favorável ao Centro-Sul beneficiando as importações de máquinas e investimento do capital estrangeiro na região com intuito de acelerar a expansão industrial. O sistema de múltiplas taxas de câmbio para exportação e importação era desvantajoso para a economia exportadora do Nordeste que pela política de substituição de importação deixava grande parte de suas divisas no Centro-Sul.

Apresentando o conjunto de condições gerais da região, características da economia, densidade populacional e extensão territorial ele demonstrou o tamanho do problema a ser resolvido que envolvia o desemprego, o subemprego, a baixa renda da população e a discrepância geral em relação ao Centro-Sul. A disparidade da renda entre a zona rural e urbana foi outro ponto. A seca merecia destaque porque abrangia grande parte do território e agravava ainda mais as condições de vida daquele povo, sendo esse fenômeno recorrente.

Furtado explicou que o Nordeste não causava prejuízo ou passivo ao país. Ele contribuía para o desenvolvimento da região mais rica, destinando àquela região grande parte de suas divisas e, assim, equilibrava a balança comercial. Os investimentos feitos pelo Estado na época da seca eram pagos pela exportação do açúcar sendo o Nordeste autossustentável e capaz de desenvolver-se por sua própria capacidade.

A importância excessiva com a seca não deixava ver os demais problemas do Nordeste, como o atraso regional, o subdesenvolvimento, o subemprego e a baixa produtividade agrícola de uma população 70% rural. Os dois núcleos da agricultura eram, um em torno da cana-de-açúcar na região litorânea e o outro na região pecuária na região semiárida. A cultura da cana dificultou o desenvolvimento de outros gêneros alimentícios e a pecuária foi criada paralela a uma agricultura de subsistência. A falta de visão de mercado e a baixa produção de alimentos (fator agravado pela seca) dificultavam o processo de industrialização. Os principais objetivos a serem seguidos, na opinião de Furtado, eram a industrialização para o desenvolvimento econômico e a organização de uma economia adaptada para a região, dependente de criar uma produção agrícola para suprir a carência de alimentos.

O combate à seca era um dos pontos principais para melhorar a produção de alimentos, mas Furtado cita que desde o tempo imperial os esforços aplicados para esse fim não obtiveram sucesso pela falta de compreensão da situação da região. As políticas de retenção de água e irrigação naquela época fora sempre baseadas em um diagnóstico superficial, incompleto e de total ilusão. Era necessário um conhecimento do solo e um projeto de irrigação voltado para atender fins sociais e para produção de alimentos que atendessem as necessidades da região afetada pela seca, além de uma organização de reserva para os períodos de grande estiagem.

O Estado deveria dar condições para criação de uma economia adaptada à região que fosse resistente à seca, garantindo apoio técnico, regulamentando o tamanho do rebanho para cada

estação, cultivando plantas adaptadas à região, o que acarretaria numa geração de empregos e evitaria o êxodo rural. O autor ressaltava também a necessidade de deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste em direção ao Maranhão abrindo uma “nova colonização” e transferindo parte da população do semiárido para um cinturão úmido.

Furtado tinha o aval do presidente Juscelino Kubitschek, que compartilhava das mesmas diretrizes para o desenvolvimento nordestino, sendo elas: “aumento dos investimentos industriais e reorganização da economia da zona semiárida” (FURTADO, 1959, p.80); e “o aumento da produção de alimentos na faixa úmida e o deslocamento da fronteira agrícola da zona semiárida em direção ao hinterland maranhense e goiano” (FURTADO, 1959, p.80). Essas diretrizes dariam origem ao esquema de industrialização que contaria com apoio direto do setor privado. Ela seria em bases sólidas, elaborada por técnicos capacitados e com apoio governamental e financiamento pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), paralela ao aumento de produção de alimentos na faixa úmida. Essas ações criariam novas frentes de emprego, na faixa de 20 mil diretos e 30 mil indiretos.

Para conseguir êxito no projeto SUDENE Furtado fez um estudo da economia nordestina entre os anos 1948 e 1958. O documento trouxe um estudo amplo da situação do Nordeste abrangendo desde as peculiaridades climáticas, condições políticas e econômicas e apresentando dados comparativos à região Centro-Sul, sendo o maior problema a disparidade de renda entre as regiões e isso afetava diretamente o desenvolvimento nacional. Se a economia nordestina continuasse em queda como estava ocorrendo, poderia ocorrer a institucionalização da desigualdade, agravando ainda mais as diferenças entre as regiões que já se caracterizavam como sistemas econômicos distintos dentro do território nacional.

As políticas de desenvolvimento do Estado eram impróprias para a situação econômica do Nordeste e até mesmo agravavam sua decadência. O Nordeste sempre fora um grande exportador de produtos primários para o exterior e para o Centro-Sul, e as políticas cambiais adotadas em favor da industrialização foram favoráveis ao Centro-Sul. Havia também a carga de impostos regressivos que se tornou uma penalidade para o sistema econômico do Nordeste, visto que era uma política de percentual da produção, sendo que o crescimento do Centro-Sul estava em aceleração e o Nordeste em estagnação ou desaceleração, o que aumentava a diferença entre as regiões em questões de desenvolvimento.

Furtado aponta que o aumento das exportações dos produtos primários era uma solução barata, mas não eficaz visto que a população nordestina crescia de forma intensa e o aumento da exportação não era suficiente para compensar esse crescimento e nem mesmo para gerar desenvolvimento. A solução estava na política de industrialização que superaria o atraso regional, e

essa política acarretaria na geração de empregos, numa leva de novos investimentos e a não ocorrer evasão de divisas e migração de investimentos para o Centro-Sul.

As políticas de combate à seca, até aquele momento, eram assistenciais, não modificavam estruturalmente a região. A solução apresentada por Furtado era de uma ação conjunta criando uma industrialização com base na expansão manufatureira, diversificando a agricultura na faixa úmida para maior fornecimento de alimentos, com intuito de suprir as necessidades dos centros urbanos e do crescimento devido às indústrias. A intenção era o estabelecimento de uma economia resistente aos impactos da seca na zona semiárida e por fim o deslocamento de parte da população da zona semiárida para as terras úmidas do Maranhão, com o objetivo de aumentar a produção agrícola e distribuir o excedente populacional.

O estudo de Furtado apresentava também um comparativo em relação à geração de renda por pessoa, ele envolveu as atividades agrárias, as industriais, o comércio e outros serviços, esclarecendo a disparidade entre as regiões, principalmente no setor agrícola em que a renda era 2,8 vezes maior no Centro-Sul em relação à região Nordeste. Quanto à industrialização, o Centro-Sul era superior em 118%. As comparações vão sendo apresentadas e todos os setores registram disparidade não só de renda como também do bem-estar social entre as duas regiões, o que vinha se agravando a cada censo econômico. Para Furtado, isso demonstrava o equívoco em considerar que a economia brasileira seria um sistema como um todo, subdesenvolvida e de renda per capita similar, pois a economia brasileira era peculiar, com diferença entre as regiões, era subdesenvolvida, mas com grande variação de renda per capita em todo o território nacional (FURTADO, 1959b).

A região Centro-sul, devido à industrialização e à produção de bens de capital tinha condições de crescimento pelo seu próprio potencial de desenvolvimento e perspectivas positivas para o decênio seguinte ao do estudo. A região nordestina apresentava uma perspectiva negativa para o mesmo decênio e o crescimento descontrolado da população aumentava a uso da terra já saturada e atingida pela seca, o que acentuaria as condições negativas já existentes e causariam o agravamento nas condições econômicas.

A separação entre as situações econômicas do Centro-Sul e do Nordeste tinham sido tornadas públicas pelo autor que fazia questão de demonstrar a disparidade entre as regiões e comparava o Centro-Sul a um país desenvolvido, central, e o Nordeste a um país periférico, subdesenvolvido, dentro da visão mundial.

Furtado (1959b) apresentou uma solução para cada situação a ser desenvolvida no Nordeste. Soluções estas que necessitariam de uma grande interferência inicial do Estado para gerar um impulso econômico. Seria necessário desenvolver a industrialização e investir em tecnologia para romper com a estrutura arcaica da agricultura, romper com os grandes latifúndios e utilizar das terras da região úmida para produção de alimentos, fazer adequação salarial e capacitar a mão de obra. O

processo de industrialização simultâneo ao processo de reestruturação da agricultura, dotado de grande aparato de investimento estatal significavam a reconstrução da economia nordestina, capaz de colocar o Nordeste no caminho para o desenvolvimento.

A situação da seca no Nordeste era recorrente desde a época imperial, quando foram construídos os primeiros açudes públicos no Ceará e a região passou a ser um problema constante para o governo. O engenheiro Arrojado Lisboa foi o primeiro a elaborar, em 1909, com a criação da "Inspetoria de Secas" um conjunto de ações a curto prazo que na visão de Furtado, foi de "extraordinário alcance" dentro da complexidade da situação nordestina, que já era de grande desigualdade social. Na segunda fase a "Inspetoria da Seca", em 1930, o programa foi ampliado e deu início ao primeiro programa de irrigação do Nordeste.

A estrutura agrária do Nordeste foi o entrave para o êxito do programa de irrigação, isso porque os açudes eram localizados nas terras dos latifundiários que tinham aversão aos projetos de cunho social e que utilizavam do projeto para enriquecimento próprio, sendo assim, o Nordeste era naquela época uma das regiões do mundo com mais água represada, sem utilização ou utilizada para benefício das classes mais abastadas. Mas o trabalho feito pelos "homens da Inspetoria de Secas" é reconhecido por Furtado como o melhor que poderia ter sido feito com base nas políticas e condições da época, e a ineficácia do projeto foi devido a essas mesmas diretrizes políticas.

### **3.1 Estruturação da SUDENE: uma base técnica e política**

Com base nessa experiência, foi traçada a trajetória da SUDENE em três pontos apresentados por Furtado (1989). O primeiro era buscar uma solução para situação do Nordeste de uma forma positiva para o desenvolvimento e não dar amplitude demasiada negativa ao problema. A questão climática era o fator principal da baixa produtividade agrícola. O Nordeste, então, dependia da criação de uma agricultura adaptada às condições da região e de uma política de desenvolvimento simultânea em outras áreas da economia, numa política de desenvolvimento exclusiva que atendesse sua situação, que era diferenciada em relação ao Centro-Sul.

No segundo ponto Furtado fez análise do interior nordestino. Sendo a região exportadora de produtos primários pelo setor privado e dependente de investimentos por esse setor para um desenvolvimento local, era necessário criar condições para esse capital privado ficar na região e gerar novos investimentos, criando empregos para a população.

O terceiro e último ponto foi considerado pelo autor como de retaguarda a partir da separação entre ação técnica e poder político. A SUDENE era apartidária, porém todo poder político seria necessário para o desenvolvimento da região sem interferência no setor técnico. Como superintendente e dirigente técnico do órgão, Furtado era subordinado diretamente ao presidente do

Brasil evitando interferências políticas, porém governadores dos estados da região e políticos faziam parte do conselho deliberativo do órgão. A diversidade na administração da SUDENE trouxe para a situação do Nordeste um debate amplo, conscientizando a todos da situação e da necessidade da interferência do governo na ação. Com esse debate político sobre o desenvolvimento nordestino, a SUDENE recebeu também o apoio da opinião pública, levando ao povo nordestino o conhecimento da situação muito além dos estudos técnicos como feito nas decisões passadas. Esse fato era para Furtado a grande possibilidade de êxito da SUDENE.

A SUDENE tinha uma grande e árdua tarefa a cumprir pela frente, e com base nos erros passados, era sabido que seriam necessárias reformas institucionais e que o órgão já possuía autoridade máxima para fazer. Furtado tinha uma visão da ação da SUDENE junto ao povo para discutir e solucionar os problemas do desenvolvimento. Via que não tinha como praticar uma ação técnica sem um envolvimento da comunidade dentro de uma ação social. A realização do projeto em si e a execução do estudo técnico só tem valor quando alcança os objetivos da ação social dentro do desenvolvimento econômico e social almejado, afastando as ideologias políticas e ações dominadoras sobre o povo.

No livro “A Fantasia Desfeita”, publicado em 1989, Furtado faz uma abordagem de forma mais pessoal, saindo dos termos técnicos dos estudos feitos para o projeto da SUDENE no Nordeste e envolvendo histórias sobre sua experiência junto ao meio político dentro dos acontecimentos da época. Passou a citar as grandes personalidades envolvidas no contexto político, religioso e ações populares. Acima de tudo é notório seu entusiasmo, sua paixão e determinação na luta pelo Nordeste.

O autor inicia contando do seu retorno da Europa para o Brasil (1958) numa narrativa do seu entusiasmo sobre a transformação nacional e a construção de Brasília, acreditando na mudança do país que estava em crescimento econômico acelerado devido às obras de construção da nova capital. Porém, nessa mesma época, agravava a situação no Nordeste devido a grande seca daquele ano. O contexto econômico também era instável e mesmo com a alta geração de emprego não agradava a classe média devido a alta da inflação e redução do salário real. Nesse cenário a oposição política ganhava forças, principalmente no Nordeste, que via uma política nacional voltada a atender aos interesses do Centro-Sul. A região sentia-se abandonada pela utilização na região da “velha política assistencialista”.

O presidente Juscelino Kubitschek, preocupado com a tensão na região já havia enviado homens de sua confiança ao Nordeste a fim de tomar ciência da situação que estava desconfortável. Ele precisava saber qual atitude tomar em relação à “questão Nordestina” para evitar retaliações à grande obra de redenção nacional que estava realizando, a construção de Brasília.

Furtado (1989) escreveu que após ter retornado ao Brasil passou a ser diretor do BNDE e procurou se informar sobre a situação nordestina. Descobriu a existência do Grupo de Trabalho para

o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), um pequeno grupo de estudos, formado por estrangeiros que pesquisavam a região, mas diante da falta planejamento e objetivo e sem um economista com fundamentos de desenvolvimento, era apenas um grupo para acalmar os ânimos dos opositores. O presidente por sua vez, mesmo com foco na sua grande obra, comungava da opinião que era possível realizar obras de grande magnitude na região nordestina.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS) era outro órgão existente no Nordeste focado na questão hídrica, mas segundo a opinião de Furtado, não passava de um departamento com função eleitoreira. Para ele as obras que estavam sendo realizadas na região tinham um cunho político e sem preocupação com os fins sociais ou de desenvolvimento econômico. Os estudos sobre o Nordeste até aquele momento eram superficiais e desconheciam a relação econômica com o Centro-Sul e os problemas da falta de estrutura socioeconômica. O foco destes pesquisadores era todo voltado apenas para a questão hídrica, e não para uma solução capaz de romper com a estagnação e com os estigmas da seca, unindo esforços estaduais e federais a uma política séria, que pudesse reestruturar a região economicamente, levando um projeto de industrialização, assim como ocorria no Centro-Sul, modificando as estruturas socioeconômicas conjunto às ações contra os fenômenos da seca.

Furtado comentou as questões da situação rural e urbana sob um olhar mais humano do sofrimento do povo em suas condições precárias com falta de alimentos, de saneamento, desemprego e falta de energia, além da dependência de produtos manufaturados do Centro-Sul. Porém nessa sua outra exposição da situação, anos após seu retorno ao país, destaca menos os dados técnicos e pontua de forma mais crítica cada situação, passando expor a corrupção e o nepotismo existentes na política daquela ocasião passada. Ele citou que as verbas governamentais eram utilizadas em obras eleitoreiras ou em instituições fantasmas. Mesmo com essa visão ampla da calamitosa situação nordestina, Furtado seguiu seu objetivo de trabalho em que "a ideia central era produzir um documento que contivesse uma explicação do subdesenvolvimento do Nordeste visto como região de um país, o Brasil subdesenvolvido" (FURTADO, 1989, p.40), que foi chamado por ele como "nova política de desenvolvimento".

Furtado (1989) relatou quando foi chamado pelo presidente JK, para uma reunião no palácio Rio Negro, em Petrópolis R.J., na qual o presidente queria reunir ideias para recuperar seu carisma no Nordeste e iniciar uma nova política na região. Ele sabia da pressão sobre o presidente pelo FMI e de alguns políticos para barrar a construção de Brasília, mas JK não abriria mão de inaugurar a nova capital e naquele momento a situação era de tensão e resistência.

Furtado (1989) descreve como aproveitou a ocasião para interagir com as personalidades políticas presentes e analisar a situação política do país, saber sobre as preocupações do presidente e como o Nordeste era visto naquele momento político, e viu naquela ocasião a oportunidade de

alavancar o projeto “Operação Nordeste” que se estenderia aos próximos governos. Ele analisou também o presidente durante a abertura da reunião como sendo portador de carisma e convencimento, e, que seria aquela a oportunidade de expor suas ideias e mudar o Nordeste.

Audacioso, Furtado (1989) adotou uma posição de respeito ao presidente, mas falou que a política atual não passava da mesma velha e fracassada política anterior e que não levava desenvolvimento para a região. A economia nordestina estava estagnada em todas as suas direções, seja industrial ou agrícola e em crescente dependência de alimentos do Centro-Sul, sendo considerada uma região de miséria. Era necessário fazer uma política de desenvolvimento ampla e unificada, e ele já citava a falta de alimentos como um grande empecilho para geração de novas fontes de emprego. Passou a criticar a forma de subsídio do açúcar e dos açudes que em nada beneficiavam a produção de alimentos, e as verbas públicas usadas para esses açudes sem destino a irrigação de terras "constituía um escândalo".

Deveria haver um novo direcionamento das políticas do governo e uma forma de aprender a conviver com a seca, criando oportunidades e aproveitando a "especificidade ecológica regional." Era necessária uma ação que privilegiasse a produção de alimentos no semiárido e nas terras úmidas, e, produzindo alimentos, buscar a industrialização com novos empreendedores possuidores de espírito capaz de romper com subdesenvolvimento e não esperar proteção do governo. Durante uma reunião no Palácio do Rio Negro, em que foi convidado pelo presidente Juscelino Kubistchek, no entusiasmo inicial, Furtado falou por 30 minutos e ele observou o presidente sem entender qual era a sua reação aos fatos, vindo saber depois que o presidente era desconhecedor da verdadeira situação nordestina e que aquilo deixou JK muito irritado. Mesmo assim Furtado continuou a descrever a situação e demonstrou que o maior problema do país era a disparidade de crescimento entre as regiões Nordeste e Centro-Sul.

O presidente pediu então ao "Dr. Furtado" que transcrevesse o seu plano de ação em conjunto com as posições dos líderes nordestinos na intenção da execução imediata de tudo que fosse possível e deu ao subchefe da casa civil (José Sette Câmara), a determinação de lançar uma nova política para região chamada de "Operação Nordeste" e passar para a imprensa a nova política de desenvolvimento que seria implantada no Nordeste, apresentando Furtado como comandante da operação.

Já de imediato Furtado teria que lidar com os joguetes políticos dos que se achavam “donos do Nordeste” e estavam acostumados a tirar proveito da situação. Havia também a imprensa especulativa que não tinha conhecimento da situação do Nordeste e questionava sobre o tamanho, tempo e quantidade de obras. Sette Câmara falou diretamente com o diretor do "Correio da Manhã", Paulo Bittencourt, que se entusiasmou com a consistência do projeto e publicou uma entrevista com Furtado em primeira página. Sendo sempre a favor do projeto, Bittencourt deu sequência a uma série

de reportagens, além de ampliar para pesquisas sobre como estava a situação do Nordeste pelas velhas políticas através de um jornalista enviado à região.

Furtado (1989) conta que na esfera religiosa ele recebeu o apoio de Dom Helder Câmara após uma longa reunião na casa do religioso, em que Dom Helder utilizou da ocasião para conhecer, analisar e aprovar a ideia formada que tinha de Furtado, e Furtado para demonstrar a paixão de como tratava a causa nordestina, região originária de ambos. A empatia entre os dois criou uma aliança para a luta da "Operação Nordeste", sendo de grande valia para Furtado, que recebeu o total apoio de Dom Helder.

Elaborado o plano diretor, assim como havia programado, foi confirmado o lançamento da "Operação Nordeste" pelo embaixador Sette Câmara. O presidente deliberaria sobre a nova política junto ao congresso, que deveria assumir a responsabilidade pela implantação do projeto e pela criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). De imediato o presidente já criou o CODENO, Conselho do Desenvolvimento do Nordeste, para iniciar o plano de ação dentro dos limites legislativos. A Furtado coube a exposição técnica do estudo e o comando sobre a Operação Nordeste. Participaram da reunião os governadores da região, senadores e Câmara, além de autoridades regionais. O autor passou a narrar a história através de suas lembranças das reuniões e do comportamento das pessoas, sobre o mesmo assunto, mas sem a dureza dos livros anteriores em que utilizava apenas do seu lado profissional.

Os governadores nordestinos passaram a aparecer no cenário do projeto OPENO (Operação Nordeste) não com sugestões e ideias renovadoras, mas com intuito político eleitoreiro de arrecadar mais participações nas verbas federais. Esses governadores vinham tradicionalmente das famílias oligárquicas da região, mas em Pernambuco e na Paraíba se iniciava uma administração por parte de lideranças dentro da população, que já constituía organizações de trabalhadores rurais - as "ligas camponesas" -, que se mobilizavam contra o tratamento desigual para o Nordeste. Nesse texto é perceptível a inclusão da movimentação política popular sob o olhar de Furtado.

Dentro da narrativa de Furtado (1989), veem-se as jogadas políticas já existentes à época. Grupos que buscavam pressionar o governo por interesse próprio barravam ou dificultavam as ações do Estado para ficar com a administração de órgãos federais importantes. O controle dos órgãos federais ligados aos interesses rurais estava nas mãos da velha oligarquia. Para o novo órgão que seria criado, Furtado preocupou-se desde o início para que não tivesse o mesmo destino.

Furtado continuou contando com o apoio da imprensa que passou a revelar ao público os pontos obscuros dentro da política, entre eles os "industriais da seca" que mantinham grande bancada no congresso nacional e usavam da máquina pública para enriquecimento próprio. A imprensa mostrou também o outro lado nordestino em que os camponeses estavam se organizando para



defender seus direitos legítimos contra os "senhores da terra", que ainda se achavam possuidores dos camponeses e de suas produções, assim como na escravatura.

Dentro da disputa política entre esquerda e governo, Furtado falou ao presidente da necessidade de envolver os governadores para que esses se comprometessem com a nova política para o Nordeste, propondo um consenso entre União e Estados. Sendo o Presidente um estadista, aceitou com satisfação a proposta de acabar com a politicagem em benefício da grande causa e a de pensar juntos numa "instância regional de governo". O autor conta que essa decisão criou um sistema de vigilância entre os governadores sem que um ou outro levasse mais vantagens nas decisões. As deliberações desse novo conselho e de suas ações eram tomadas com base nos estudos técnicos ao que ele chamou de interações táticas.

Após todo planejamento do órgão, como planos de salário, terceirização de obras e sempre demonstrando total transparência para administração da verba pública, em março de 1959, Furtado apresentou a nova política para o Nordeste. Ela foi enviada devidamente assinada pelo presidente ao Congresso Nacional. A síntese intitulada "A nova política de desenvolvimento para o Nordeste" era um documento que demonstrava o conjunto de tomadas de decisões e de ações que foi entregue aos presentes, e já no início alertava para desigualdade entre o Nordeste e o Centro-Sul, como sendo o maior problema dentro do desenvolvimento nacional. O Nordeste era visto como uma zona de miséria e a desigualdade entre a região Centro-Sul e o Nordeste era facilmente demonstrada pela diferença na renda per capita, que chegava a ser 30% menor no Nordeste.

A proporção como vinha agravando essa diferença foi vista pelo autor com risco de institucionalizar, dividindo o país em dois, e o agravante principal era a política de desenvolvimento adotada na época, além dos problemas naturais, estruturais e econômicos que já existiam na região. Para quem já fez a leitura do livro "Operação Nordeste" pode parecer repetitivo os fatos, mas ao mesmo tempo percebe-se a mudança da visão dos mesmos fatos pelo autor anos depois, em que ele não estava mais conduzindo a situação. Para quem não leu, consegue entender as situações e as soluções apresentadas por Furtado à época, sempre preocupado em criar uma política de desenvolvimento para o Nordeste e agregar esse desenvolvimento ao da nação.

Furtado passou a contar sobre os tramites políticos para liberação do projeto da SUDENE que não foram detalhados em seus outros livros. A criação e instalação do CODENO foi, na visão de Furtado, a oportunidade de o presidente assumir a situação caótica em que estava o Nordeste. Era o momento de se fazer ciente dos problemas e assumir o início de uma ação em seu mandato, projetando uma solução duradoura, que continuasse para os próximos que fossem eleitos. Furtado conta como fez para conseguir dar prioridade às obras e colocar em ação os planos de execução apresentando ao presidente um programa que conseguiu liberação imediata de recursos com base em estudos existentes. No conjunto da obra o desenvolvimento da região passou a contar com autoridades de

diversos setores como fiscal, monetário e alfandegário, entre outros, priorizando a recuperação nordestina.

A Operação Nordeste incomodou os bispos da região que não concordavam com apoio de Dom Hélder Câmara ao presidente. Neste cenário, JK realizou uma reunião com os bispos, que sendo esclarecidos por Furtado sobre a complexidade e a dimensão do trabalho a ser executado passaram a apoiar o projeto. A igreja exercia certa influência na política e realizava ações pontuadas dentro da região. Eles cobravam maior agilidade e credibilidade às promessas políticas feitas para o Nordeste e a contra gosto de Furtado JK prometeu que levaria luz ao povo através da usina de Paulo Afonso ainda dentro do seu mandato. O tempo veio mostrar que os estudos técnicos do economista tinham razão, as linhas de transmissão de Paulo Afonso só chegariam à Natal em 1963 e não como prometido por JK, mas dentro da sua demagogia Furtado ainda escreveu: "mas porque privar-se de um momento de ilusão?"

Relatando os costumes da velha política Furtado conta como foi sua visita aos açudes feitos pelo Estado no Nordeste em que encontrou o que ele chamou de "promiscuidade entre patrimônio público e privado em benefício de alguns fazendeiros" (FURTADO, 1989, p.63). Existia um projeto de irrigação que em nada aumentava a produção de alimentos, antes tinha um custo altíssimo para o Estado. Assim como os latifundiários das terras úmidas, o projeto não beneficiava em nada a população local, somente enriquecia os fazendeiros sem nada melhorar a crise nem a baixa produção de alimentos. Era necessária a criação de uma lei que regulamentasse a utilização das águas na irrigação e isso criaria atritos diretos com a chamada "indústria da seca" e com os latifundiários. Enfrentar aquela situação exigiria muita cautela e, para combater esse mal, Furtado viu que deveria "aproveitar a mobilização da opinião pública e o entusiasmo do presidente para medir forças em campo raso com núcleo duro do latifundismo" (FURTADO, 1989, p.63). Denunciar os costumes da velha politicagem iria trazer infortúnios para Furtado dentro do meio político.

O autor relatou que junto a três agrônomos elaborou um projeto de irrigação para a região nordestina que seria destinado a agricultores de grupo familiar, dedicado a produção de alimentos e proibindo a monocultura. O projeto de lei de irrigação visava modificar o "quadro de estagnação e miséria" e causou incômodo até mesmo em alguns governadores sendo claramente contestado pelo governo do Ceará. Quando Furtado achou que o projeto estava perdido visto a parcialidade do debate, um coronel das forças armadas apoiou o projeto em nome da instituição e ainda ponderou que o projeto poderia sofrer com contestações e até mesmo oposição, mas sobretudo ele modificaria os alicerces da economia nordestina e atingiria a classe dos grandes proprietários de terra. A partir daquela consideração as opiniões foram ficando favoráveis ao projeto, que passou a ser analisado sendo, ao fim, aprovado e encaminhado ao congresso, começando as brigas de interesses. Houve

mobilização contra Furtado e a favor dos poderosos latifundiários, que muitas das vezes faziam parte do congresso. Passaram a utilizar de manobras políticas para travar o projeto na câmara.

Furtado contou que percebeu a necessidade de buscar apoio junto ao Centro-Sul, então construiu alianças, alcançou apoio político, militar, da opinião popular, de grandes idealistas e estudiosos da causa e da imprensa daquela região. Começou a incomodar aos adversários do projeto que tentavam uma maneira de minar o apoio alcançado. As ofensas se tornaram pessoais, principalmente pelos “industriais da seca” que estavam perdendo o monopólio dos investimentos do Estado em suas propriedades particulares. Ele foi difamado no Congresso e citado como agente internacional comunista, pelo, então, Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) do Rio de Janeiro.

Procurando se defender buscou informações sobre o dossiê que haviam criado descobrindo que não havia uma investigação oficial, mas um dossiê ideológico com denúncias sem comprovações. Ele fez declarações à imprensa "adotei como norma não responder a acusações que me fazem visando distrair-me da tarefa em cuja realização estou concentrado" (FURTADO, 1989, p.67). O autor passou a relatar as perseguições políticas que se iniciavam contra ele. "Para fins de retórica, todo mundo denunciava a situação existente, mas outra coisa era pagar o preço político exigido para mudá-la". (FURTADO, 1989, p.64)

A aprovação da SUDENE, na verdade, era uma batalha política não pelo seu conteúdo, mas por não aceitarem Furtado em sua liderança. A negociação no congresso foi conduzida diretamente pelo presidente JK, sendo a lei nº 3692 aprovada em 15 de dezembro de 1959 instituindo a SUDENE. Furtado contava com o apoio incondicional pelo conselho deliberativo do CODENO que tornou público a confiança no seu diretor executivo o “economista Celso Furtado”. A batalha dele não era só contra seca, mas também uma batalha para romper com a politicagem que existia no país e principalmente pelos industriais da seca no Nordeste. Sua paixão pelo Nordeste o dava determinação para prosseguir.

Chamado por JK ao Rio de Janeiro, o presidente afirmou a Furtado ter faltado com a verdade ao congresso quando deixou a entender que não o nomearia para direção do órgão. O presidente nutria de confiança e certa estima por Furtado, fazendo a questão de informar que ele já estava nomeado. Furtado responde ao presidente de forma emocionada "presidente, se errei quando imaginava que contaria com o apoio dos políticos do Nordeste para levar adiante essa luta, não me equivoquei quando acreditei em sua determinação". (FURTADO, 1959, p.80) A lei da SUDENE foi aprovada graças ao apoio do Centro-Sul e contou com a negativa da bancada nordestina.

Furtado conta que todo o estudo técnico feito por ele sobre o Nordeste passou a integrar o relatório do GTDN após o golpe militar de 1964. Como não havia assinado o relatório, esse não foi considerado suspeito e continuou sendo utilizado para expor a situação nordestina.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação de Furtado sobre o período colonial joga luz à percepção de que o Nordeste deve ser compreendido a partir de uma visão de formação social. Isso significa compreendê-lo a partir da célula social que representaram os engenhos de açúcar e as relações sociais daí derivadas. Em torno dessa constituição, há a figura do senhor de engenho, representante dos interesses da metrópole sobre a colônia, há a disseminação cultural destes na localidade, há uma forma econômica que se consolida por meio de uma colônia de exploração, guiada de fora para dentro. Ou seja, os interesses da metrópole são impostos à colônia. Trata-se de elementos decisivos o latifúndio monocultor e a escravidão, pois deles se entenderá a marcante exclusão social, o não acesso às terras, o desemprego estrutural e uma sociedade dominada por fazendeiros latifundiários.

A partir do método histórico e estrutural, Furtado entenderá que a forma de crescer desta antiga colônia, que ora vivia ancorada no açúcar, ora em outro produto tropical exportável, perpetuou muitas mazelas no país, mas no Nordeste em especial. Com o tempo, o senhor de engenho viraria o fazendeiro, que continuaria com grande quantidade de terra, enquanto boa parte da população não teria acesso à terra, viveria em solos não férteis, constituiria um grande volume de desempregados, nos quais ficariam patente a fome e a miséria. Furtado teve assim a certeza de que esse quadro só seria mudado com profundas reformas estruturais locais. Era preciso entender que mesmo a pujança do país, vivendo um período de forte industrialização em meados do século XX, em pleno governo JK, não estava resolvendo os problemas do Nordeste. Pelo contrário, ampliava-os, o que ele entendeu como um processo de aumento das disparidades regionais.

Assim, ele estabeleceria um projeto para o desenvolvimento do Nordeste que tocaria nesses pontos mais sensíveis, e que, em grandes linhas, objetivava a partir de reformas capitaneadas pelo poder público em associação com investimento do capital privado romper com interesses locais, criando para isso um órgão público de planejamento voltado exclusivamente para o Nordeste e denominado SUDENE.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURTADO, C. (1948) *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* – elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Editora Hucitec/ABPHE, 2001.

\_\_\_\_\_. (1959a) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984.

\_\_\_\_\_. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959b.

\_\_\_\_\_. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. *Novos Estudos Cebrap*: São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19, dez. 81.

\_\_\_\_\_. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.